

Direcção-Geral de Reinserção Social

Aviso n.º 14 252/2007

Extinção dos concursos para provimento de cargos dirigentes do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social

Por meu despacho de 27 de Abril de 2007, no exercício do cargo de presidente do ex-Instituto de Reinserção Social e na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social, declarei extintos, por inutilidade superveniente (artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo), os procedimentos concursais referentes aos seguintes cargos de direcção intermédia de 1.º grau:

Director do Centro Educativo Dr. Alberto Souto;
 Director do Centro Educativo de São Fiel;
 Director do Centro Educativo da Bela Vista;
 Director do Centro Educativo de Santo António;

e os cargos de direcção intermédia de 2.º grau:

Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção;
 Divisão de Gestão e Administração do Património;
 Divisão de Apoio ao Funcionamento dos Sistemas de Execução de Penas e Medidas;
 Subdirector do Centro Educativo da Bela Vista;
 Subdirector do Centro Educativo de Vila Fernando;
 Divisão de Gestão de Pessoal;
 Divisão de Coordenação e Apoio Técnico do Núcleo de Extensão de Braga.

Os opositores aos referidos concursos serão devidamente notificados.

12 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 384/2007

No âmbito das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foi criada a estrutura orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social através do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, que define a sua missão, atribuições e organização interna, da Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, que determina a estrutura nuclear das respectivas unidades orgânicas, e da Portaria n.º 560/2007, de 30 de Abril, que fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

Sequencialmente, pelo meu despacho n.º 1/DGRS/2007, de 25 de Maio, determinei, além do mais, a constituição das unidades orgânicas flexíveis, nos seguintes termos, e com as competências a seguir elencadas:

1 — A Direcção de Serviços Financeiros e de Património, a que se refere o artigo 5.º da Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, dispõe da Divisão de Gestão Financeira (DF) e da Divisão de Património (DP).

1.1 — À DF cabe assegurar as competências constantes das alíneas a) a f) do artigo 5.º da referida portaria.

1.2 — À DP cabe assegurar as competências constantes das alíneas g) a j) da referida portaria.

2 — A Direcção de Serviços de Recursos Humanos, a que se refere o artigo 6.º da Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, dispõe da Divisão de Gestão de Pessoal (DGP).

2.1 — À DGP cabe assegurar as competências constantes das alíneas a) a e) e l) a s) do artigo 6.º da referida portaria.

3 — A Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento, a que se refere o artigo 7.º da Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, dispõe da Divisão de Biblioteca e Informação (DBI).

3.1 — À DBI cabe assegurar as competências constantes das alíneas h) a m) do artigo 7.º da referida portaria.

4 — A Divisão Jurídica e Auditoria (DJA), a quem cabe assegurar as seguintes competências:

- a) Supervisão dos processos disciplinares;
- b) Assessoria jurídica especializada;
- c) Representação da DGRS enquanto autoridade central.

5 — O Gabinete de Informática (GI), ao qual compete assegurar as seguintes competências:

- a) Arquitectura de sistemas de informação e infra-estruturas tecnológicas;
- b) Engenharia de *software*.

6 — Os núcleos de apoio técnico nas delegações regionais do Norte, Centro, Lisboa e Algarve, previstas no artigo 8.º da Portaria n.º 517/2007, de 30 de Abril, aos quais compete:

- a) Supervisionar e apoiar as equipas dependentes;
- b) Planear a actividade da delegação;

- c) Sistematizar procedimentos;
- d) Assegurar a articulação com os serviços centrais.

12 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 385/2007

Por meu despacho de 23 de Janeiro de 2007, na qualidade de presidente do Instituto de Reinserção Social, foi rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento de Maria Isabel Lopes de Sousa Fernandes, com efeitos a 15 de Fevereiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 386/2007

Por meu despacho de 11 de Janeiro de 2007 na qualidade de presidente do Instituto de Reinserção Social, foi rescindido, a seu pedido, o contrato administrativo de provimento de Sandra Marina Rosa Correia, com efeitos a 17 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 387/2007

Por meu despacho de 15 de Dezembro de 2006 na qualidade de presidente do Instituto de Reinserção Social, foi nomeada, em regime de substituição, como chefe da Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspeção do quadro do ex-Instituto de Reinserção Social, a licenciada Natércia Silva Fortunato, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, requisitada neste Instituto desde 1 de Junho de 2006, com efeitos a 15 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 17 388/2007

Por despachos de 3 de Julho e de 21 de Junho de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária Dr. Baltazar Pinto e do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, respectivamente, foi transferido como especialista superior de escalão 5 para o quadro da mesma Polícia o licenciado Ângelo Fernando Santos Ferreira, assistente graduado da carreira médica de clínica geral do quadro da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 7 de Junho de 2007. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 14 253/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal de 12 de Março de 2007, foram designados membros do júri de avaliação do trabalho técnico-científico directamente relacionado com a função, bem como apreciar e discutir o *curriculum vitae* apresentados pelo Dr. Mário João Rodrigues Dias, para efeitos de provimento na categoria de assessor principal de medicina legal, ao abrigo do disposto na redacção conjugada do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e da alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 185/99, de 31 de Maio, os seguintes elementos:

Presidente — Prof. Doutor Duarte Nuno Pessoa Vieira, presidente do conselho directivo.

Vogais efectivos:

Prof. Doutor Jorge Manuel Matias da Costa Santos, vogal do conselho directivo.

Prof.ª Doutora Maria de Fátima Terra Pinheiro Pereira, directora do Serviço de Genética e Biologia Forense da Delegação do Norte.

Vogais suplentes:

Prof. Doutor Francisco Manuel Andrade Corte Real Gonçalves, vogal do conselho directivo.

Dr. José António Bernardes Tralhão, administrador hospitalar de 2.ª classe.

13 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 14 254/2007

Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., de 25 de Maio de 2007, precedendo parecer prévio favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, foi Sílvia Maria Nogueira Ribeiro nomeada, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, por reclassificação, estagiária da carreira de especialista de informática.

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, a avaliação e classificação final do estágio competem a um júri. Na classificação final serão considerados o relatório de estágio e a classificação de serviço obtida durante o período de estágio. A classificação final traduzir-se-á numa escala de 0 a 20 valores.

O júri do estágio terá a seguinte constituição:

Presidente — Prof.ª Doutora Teresa Maria Salgado de Magalhães, diretora da Delegação do Norte.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria da Graça Fernandes Rodrigues Namora, especialista de informática do grau 3, nível 1.

Licenciado José Manuel Gaspar dos Santos, especialista de informática do grau 1, nível 3.

Vogais suplentes:

Mestre Nuno Henrique de Picado Santos, especialista de informática do grau 1, nível 2.

Licenciado José Manuel Gameiro Pereira, chefe de divisão de Recursos Humanos.

13 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 17 389/2007

Por despacho do presidente de 4 de Junho de 2007, foi Carla Maria Ramos Ferreira Alcobia, escriturária superior na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo, ficando integrada no quadro de pessoal da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Ourique, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2007. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Julho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 14 255/2007

Por despacho de 18 de Junho de 2007 do director-geral do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, foi autorizada a transferência do motorista do quadro da ex-Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais Luís Miguel Bordadágua Alves da Conceição para o quadro da ex-Direcção-Geral da Indústria, nos termos do disposto.

11 de Julho de 2007. — O Secretário-Geral, *Mário Silva*.

Direcção-Geral de Geologia e Energia

Aviso n.º 14 256/2007

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março, que MAEPA — Empreendimentos Mineiros e Participações, L.ª, requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de volfrâmio, estanho, cobre, chumbo, zinco, ouro e prata, numa área localizada nos concelhos de Viseu, Vouzela e São Pedro do Sul,

delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas Hayford-Gauss, referidas ao ponto central:
Área total do pedido: 89,5 km²:

Vértice	Meridiana (metros)	Perpendicular (metros)
1	5 055,750	120 000,000
2	14 000,000	120 000,000
3	14 000,000	110 000,000
4	8 373,693	110 000,000
5	7 830,000	110 285,000
6	7 800,701	110 000,000
7	5 000,000	110 000,000
8	5 000,000	118 127,501
9	5 420,000	119 380,000

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito e devidamente fundamentadas, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso.

O pedido está patente, para consulta, dentro das horas de expediente, na Direcção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direcção-Geral de Energia e Geologia, na Avenida de 5 de Outubro, 87, 5.º, 1069-039 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidas as reclamações.

13 de Julho de 2007. — O Subdirector-Geral, *Carlos A. A. Caxaria*.
2611036246

Direcção Regional da Economia do Centro

Édito n.º 629/2007

Processo n.º 0161/10/03/272

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Ansião e na Direcção Regional da Economia do Centro, Rua de Câmara Pestana, 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., área de rede Litoral Centro, para o estabelecimento de linha aérea, a 15 kV, com 653,33 m, de ap. 2 LAT para o PT ANS 45C da Santa Casa da Misericórdia a PT ANS 136, PT 136 tipo AS de 100 kVA, rede BT, em Serra, freguesia de Alvorge, concelho de Ansião, a que se refere o processo n.º 0161/10/03/272.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal dentro do citado prazo.

30 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Energia, *Adelino Lopes de Sousa*.

2611036398

Édito n.º 630/2007

Processo n.º 0161/9/13/348

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Trancoso e na Direcção Regional da Economia do Centro, Rua de Câmara Pestana, 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., área de rede Beira Interior, para o estabelecimento de linha aérea a 15 kV com 2855,96 m de ap. 19 LAT para o PTD 36/TCS em Corças a ap. 30 LAT para PTD31/TCS em Sebadelhe da Serra (interligação), freguesia de Sebadelhe da Serra, concelho de Trancoso, a que se refere o processo n.º 0161/9/13/348.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

30 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Energia, *Adelino Lopes de Sousa*.

2611036397